PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Extensão

POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA PUC MINAS

Belo Horizonte
fevereiro de 2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – PUC MINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

REITOR

Prof. Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

CHEFE DE GABINETE DO REITOR

Prof. Guilherme Coelho Colen

SECRETÁRIA GERAL

Prof.ª. Anne Shirley de Oliveira Rezende Martins

PRÓ -REITORES E SECRETÁRIOS

Planejamento e Desenvolvimento Institucional - Prof. Marcos André Silveira Kutova

Graduação - Prof. Eugênio Batista Leite

Pesquisa e Pós-graduação - Prof. Sérgio de Morais Hanriot

Extensão - Prof.ª. Carolina Costa Resende

Gestão Financeira - Prof. Paulo Sérgio Gontijo do Carmo

Logística e Infraestrutura - Prof. Rômulo Albertini Rigueira

Recursos Humanos - Prof. Sérgio Silveira Martins

Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários - Prof. Jorge Sündermann

Secretaria de Comunicação - Prof. Mozahir Salomão Bruck

PRÓ -REITORES DE *CAMPI* E UNIDADES

Barreiro - Prof. Luis Renato Junqueira

Betim - Prof.ª. Claudia Venturini

Contagem - Prof. Martinho Campolina Rebello Horta

Poços de Caldas - Prof. Iran Calixto Abrão

Praça da Liberdade - Prof. Lúcio Mauro Pereira

PUC Minas Virtual - Prof. Carlos Barreto Ribas

São Gabriel - Prof. Tarcísio José de Almeida

COORDENADOR ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO

Arcos - Prof. Eugênio Batista Leite

Serro - Prof.ª. Wilba Lúcia Maia Bernardes

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE EXTENSÃO 2006

Prof.ª. Mônica Abranches Fernandes

Prof.ª. Rita de Cássia Fazzi

Prof.ª. Rita de Souza Leal

Prof.ª. Tânia Cristina Teixeira

COMISSÃO PARA ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS 2022

Prof.ª. Ana Teresa Brandão de Oliveira e Britto (Coordenadora)

Prof. Edmar Avelar de Sena

Prof.ª. Fernanda Simplício de Faria

Prof.ª. Lucimar Magalhães de Albuquerque

Prof.ª. Sabrina Oliveira Viana

Prof.ª. Simone Alves Nogueira

COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS 2023

Prof.ª. Virginia Simão Abuhid (Coordenadora)

Prof. Edmar Avelar de Sena

Jaqueline Silva Melo

Prof. Leônidas Meireles Mansur Muniz de Oliveira

Prof.ª. Lucimar Magalhães de Albuquerque

Prof.ª. Sabrina Oliveira Viana

Prof.ª. Simone Alves Nogueira

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 5
2 A TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS 7
3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PUC MINAS 13
4 ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS 19
4.1 Concepção de Extensão Universitária na PUC Minas 20
4.2 Princípios e valores da Extensão Universitária 21
4.3 Diretrizes da Extensão Universitária 22
4.4 Objetivos da Extensão Universitária 23
4.5 Modalidades da Extensão Universitária 24
4.6 Curricularização da Extensão Universitária 25
4.7 Avaliação, Monitoramento e Registro da Extensão Universitária 27
4.8 Produção Acadêmica de caráter extensionista 29
5 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO 31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 33
REFERÊNCIAS 35

1 APRESENTAÇÃO

O compromisso firmado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) com a sociedade brasileira se dá de forma atenta às constantes transformações do mundo contemporâneo. Fiel à sua missão de promover o desenvolvimento humano, social e sustentável, em consonância com as diretrizes nacionais para as Instituições de Educação Superior (IES), a PUC Minas torna primordial a adequação dos documentos norteadores da vida universitária para o cenário atual, visando assegurar a sua contemporaneidade e qualidade.

A política reúne orientações que definem e regulam um caminho a seguir para se estabelecerem planos de ação e direcioná-los para seus objetivos. Nesse sentido, a Política de Extensão tem a finalidade de orientar o desenvolvimento da extensão, articulada ao ensino e à pesquisa e nortear as ações dessa dimensão formativa, servindo como referência para o estabelecimento de normas e procedimentos, que devem estar relacionados e alinhados à missão, à visão e aos valores da PUC Minas.

A extensão universitária busca, cotidianamente, aprimorar as estratégias para gerar conhecimento, inovação e tecnologia social, a partir da interação dialógica entre a Universidade e outros setores da sociedade, com vistas à efetivação dos direitos humanos, inclusão social, cidadania, sustentabilidade e empreendedorismo social. Nesse contexto, no decorrer das ações de planejamento estratégico da Pró-Reitoria de Extensão (Proex), comprometida com os objetivos estratégicos da Instituição assumidos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional vigente (PDI) 2022-2026 (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, [2022]), constatou-se a defasagem da Política de Extensão elaborada e aprovada no contexto do ano de 2006.

A proposição inovadora contida neste Documento é fruto de reflexões que partem de um processo contínuo de integração do passado, do presente e das perspectivas de futuro, norteadas, especialmente, pelo compromisso de prosseguir implementando a excelência na educação superior. Este texto foi construído com o propósito de atualizar e ampliar o Documento de 2006, conservando, inclusive, alguns trechos dele, visando garantir a fidelidade à história da Extensão na PUC Minas.

O trabalho resultou de um esforço coletivo, iniciado em 2022 e fundamenta-se no exercício sistemático, colegiado e baseado em evidências, liderado pela Proex. O ponto de

partida para a sua construção, como já indicado, foi a leitura crítica do texto original da Política de Extensão Universitária da PUC Minas (2006b), que foi crucial na institucionalização da extensão enquanto atividade-fim. As Comissões designadas para a atualização proposta, compostas por profissionais de áreas distintas do conhecimento, com experiência extensionista, resgataram o histórico de outros documentos institucionais e demais regulamentos externos, de forma a refletir o amadurecimento da extensão universitária no Brasil e na PUC Minas.

A atual Política de Extensão Universitária da PUC Minas foi organizada de maneira a evidenciar a trajetória do movimento extensionista em âmbito nacional e, em seguida, apresentar os elementos estruturantes da extensão universitária à luz de novos cenários para as universidades e para a Instituição. No corpo principal deste documento, são apresentados os princípios, objetivos, concepções, valores, diretrizes, e as modalidades de extensão, cujo eixo estruturante é a curricularização da extensão no âmbito da graduação. Na sequência, apontam-se questões relativas ao registro, monitoramento e avaliação, de forma a garantir excelência nos diversos processos acadêmicos da extensão. Por fim, o texto indica aspectos relevantes das parcerias e meios de implementação da extensão universitária na PUC Minas. As considerações finais, para além do fechamento do Documento, reafirmam o compromisso institucional de articulação das instâncias e foros de tratativas pedagógicas, gerenciais e administrativas.

2 A TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Historicamente, pode-se pensar a gênese da extensão universitária na realidade brasileira a partir de 1911, inicialmente em São Paulo, em seguida no estado do Rio de Janeiro e nas cidades de Viçosa e Lavras, em Minas Gerais (Nogueira, 2005).

O primeiro Estatuto da Universidade Brasileira foi publicado em 1931, com a finalidade de construir conhecimentos "úteis à vida individual e coletiva", objetivando a "apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de ideias e princípios de interesse nacional" (Brasil, 1931). Nos anos de 1940 e 1950, prevaleceu a concepção político-acadêmica de extensão universitária proposta pela USP na década de 30, compreendida como instrumento disseminador de conhecimento para a comunidade e forma de popularização das ciências, das artes e das letras, realizada por meio de cursos, palestras, radiodifusão e de filmes científicos dirigidos aos diversos segmentos da sociedade.

Na década de 1960, as Instituições de Ensino Superior (IES) deram início às experiências de educação de base, influenciadas pela atuação de docentes e discentes junto aos movimentos populares. O envolvimento e o compromisso de segmentos das Igrejas com a população excluída caracterizaram as ações de extensão e constituíram referência para as IES nesse contexto. A incipiência da extensão universitária, até então, reconfigurou-se consideravelmente na luta pela transformação social do Brasil, como as reformas estruturais, que se deram nos anos 1950 até 1964. Esses anos foram marcados pela organização popular e pelas reformas sociais no Brasil e na América Latina, quando ocorreram movimentos políticos de contestação ao sistema de desenvolvimento econômico adotado desde a década de 50, baseado na substituição de importações. Tais contestações chegaram a formas mais acirradas de luta no campo e na cidade. Todas essas mobilizações provocaram reflexos nos segmentos universitários, que incorporaram novas teorias e métodos no desenvolvimento de suas atividades-fim.

É possível perceber que, ao longo da história, a extensão universitária brasileira, dada sua proximidade com os diversos setores da sociedade, aspirou às mudanças que emanavam dessa conjuntura. A prática extensionista transitou, então, do enfoque de difusão do conhecimento para o de inserção na realidade socioeconômica, política e cultural do País, absorvendo as contradições advindas da sociedade e oferecendo, por meio de suas ações, respostas que visavam contribuir para a transformação social.

O traço comum, que se tornou identitário, consiste principalmente em dialogar com a sociedade. Porém, de acordo com Silva (2020), tais atividades possuem diversos destinatários e interlocutores sociais, tais como: os grupos populares e suas organizações; os movimentos sociais da sociedade civil; as comunidades locais ou regionais; os governos locais; o setor público e o setor privado (Santos, 2001). Nessa perspectiva, o ensino superior brasileiro foi atraindo para si uma das maiores responsabilidades, tanto na produção, sistematização e difusão do conhecimento, por meio da pesquisa e da inovação tecnológica, quanto na relação com a sociedade, especialmente por meio da extensão (Baldijão; Teixeira, 2011).

Nessa configuração, a extensão universitária fortaleceu-se e ganhou visibilidade. No período do Governo Militar, algumas ações de extensão provocaram polêmicas e debates entre os intelectuais da época. Paulo Freire (1977), ao examinar o conceito de extensão, o contrapôs ao de comunicação, denunciando certa presunção da universidade em "estender" seu conhecimento à sociedade, desconhecendo os saberes produzidos por esta. Esse debate provocou as universidades a repensarem o conceito de extensão e os métodos que envolviam suas ações. Tal processo engendrou novos sentidos, que foram conferidos às práticas de ensino, de pesquisa e de extensão, que passaram a ser compreendidas não somente como transmissão de conteúdo, mas como fruto do diálogo entre os diversos saberes oriundos tanto da sociedade como da universidade.

A Reforma Universitária de 1968 (Brasil, 1983) rompeu com o caráter dialógico, ainda embrionário, da extensão e da própria universidade, restringindo suas ações e impedindo o exercício de seu princípio fundante – a autonomia. Darcy Ribeiro (1970), nessa época, já alertava a universidade para a perda progressiva de sua liberdade e capacidade crítica. A universidade, contudo, enquanto espaço de expressão de conflitos, absorveu e, simultaneamente, repeliu as políticas impostas pelo Regime Militar. Se, por um lado, executou políticas oficiais, como as de extensão expressas no Projeto Rondon e no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), por outro, imprimiu a esses projetos um caráter crítico e participativo, resgatando direitos de cidadania que haviam sido suprimidos pela ditadura.

A década de 1980 foi marcada pelo ressurgimento de movimentos sociais, com aspirações cidadãs que foram expressas no texto constitucional de 1988. A universidade, enquanto ator social, participou desse projeto democrático, criando meios para assegurar aos indivíduos uma série de direitos. A ideia de "extensão redentora" representou, para alguns autores, a marca desse tempo. Seguindo essa perspectiva, as práticas extensionistas

proliferaram-se nas universidades, nas mais diferentes modalidades: de eventos culturais e cursos de aperfeiçoamento, venda e prestação de serviços a projetos de ação comunitária. O cunho emancipador e o assistencialista conviveram, simultaneamente, nessas propostas.

Na passagem dos anos 1980 para 1990, no contexto da globalização, houve a constituição do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), um espaço decisivo para que as universidades ressignificassem seu papel, função e identidade. Em 1987, considerando a redemocratização do País, esse Fórum definiu a extensão como "um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade" (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2000). Esse conceito foi importante para fomentar o debate sobre a concepção de extensão universitária, possibilitando várias interpretações e tornou-se uma referência a partir da qual as IES vêm organizando as suas políticas extensionistas.

A extensão universitária, no Brasil, iniciou os anos de 1990 perpassada por contradições herdadas de sua história recente e também norteada pelo debate relativo à sua identidade. A expansão do ensino superior privado no Brasil trouxe a novidade da utilização dos projetos de extensão como logomarca da cultura de *marketing* das sociedades de mercado, caracterizadas pela ampla competitividade. Somada a isso, a reforma do Estado brasileiro colocou em relevo o fato de que nem tudo o que é público é estatal, redefinindo, assim, o caráter das instituições de ensino e, nelas, as ações extensionistas. Essa configuração trouxe novos desafios e alguns equívocos, exigindo que a universidade repensasse sua função social, colocando em pauta a natureza de suas atividades-fim.

Esse movimento se refletiu em algumas iniciativas bastante importantes, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, no capítulo IV, artigo 43, ao estabelecer que as IES têm como fim:

> IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.
>
> VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.
>
> VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (Brasil, 1996).

Ainda no mesmo capítulo, o artigo 44 enuncia que “a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas [...] de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino”.

Por meio da *Carta de Goiânia* (1999), instituiu-se o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT), com o apoio da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) e da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC). A criação desse Fórum foi importante para fortalecer:

> [...] uma cultura de Extensão, desenvolvida pelas instituições comunitárias, especialmente as atividades voltadas para a eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio ambiente, doenças e, principalmente, por meio de uma perspectiva concreta, interdisciplinar e transdisciplinar que contribua para flexibilizar a produção de solução aplicáveis para problemas e questões da contemporaneidade (Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, 2001).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172/2001 (Brasil, 2001), estabeleceu como objetivo, no que diz respeito à Educação Superior, a institucionalização de um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa, que englobava os setores público e privado e contribuía para a melhoria da qualidade do ensino, da extensão, da pesquisa e da gestão acadêmica. Além disso, acrescentou a exigência de que as instituições de ensino superior garantiriam a oferta de cursos de extensão para atender às necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço de resgate da dívida social e educacional. Destacava-se, nesse Plano, a prescrição da implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior, no quadriênio 2001-2004, assegurando que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no País fossem reservados para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

O Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas e pela Secretaria de Educação Superior do MEC (2001), estabeleceu como objetivo a importância de se “reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade”. A importância da extensão universitária, enquanto atividade-fim e acadêmica, foi

também reconhecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela lei nº 10.861 (Brasil, 2004), que a incluiu na avaliação das IES.

A Política Nacional de Extensão Universitária (Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras, 2012) aponta que, para o Sistema Nacional do Ensino Superior (SINAES), a extensão deveria pautar-se em valores educativos, primando por sua integração com o ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas universidades e avaliando os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento local, regional e nacional. O SINAES, no início dos anos 2000, estabeleceu como indicadores de avaliação a concepção de extensão e interação social, a articulação das atividades de extensão entre o ensino e a pesquisa, as necessidades e demandas do entorno social e a participação dos estudantes nas ações de extensão.

A Política Nacional de Extensão Universitária (2012), elaborada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), reafirmou os objetivos do Plano Nacional de Extensão Universitária (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2001) e acrescentou outros, ampliando as metas estabelecidas de acordo com a nova realidade da extensão em sua expansão. As diretrizes que orientaram a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária também foram reafirmadas, sendo elas:

a) interação dialógica;
b) interdisciplinaridade e interprofissionalidade;
c) indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão;
d) impacto na formação do estudante;
e) impacto e transformação social.

O ForExt publicou, em 2013, os “referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES” (Felippe *et al*. 2013), em que foram abordadas ações importantes realizadas pelas gestões do Fórum em parceria com órgãos públicos e privados. A publicação incorporou, ainda, os aspectos conceituais e pedagógicos, a gestão, o financiamento, o monitoramento e avaliação da Extensão. O documento destaca o esforço nacional para a institucionalização da extensão com a sua inserção nos projetos pedagógicos dos cursos, ao lado do ensino e da pesquisa.

O Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência 2014-2024, como um instrumento que também orienta a execução, o aprimoramento e os avanços para instituições de ensino, apontou uma transição paradigmática no ensino superior. O anexo da Lei nº 13.005/2014, por meio da estratégia 12.7, estipulou "assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (Brasil, 2014). Tal fato inaugurou um novo tempo na extensão universitária brasileira: a era da curricularização.

O SINAES estabeleceu um novo Instrumento de Avaliação de cursos de graduação (Brasil, 2017) para o reconhecimento de cursos superiores nas modalidades presencial e a distância. Nas três dimensões apresentadas no Documento, e em seus respectivos indicadores, a extensão se faz presente ao avaliar se as políticas institucionais de extensão estão implantadas no âmbito do curso e se o curso considera, em diversas situações, as necessidades locais e regionais.

Ancorada nas disposições que regem o sistema educacional brasileiro, a extensão universitária está institucionalizada, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico. É contínuo o processo de cada IES de se repensar à luz das disposições institucionais e do debate nacional e encontrar a mediação necessária entre aquelas disposições institucionais e a prática efetiva de extensão, sem desrespeitar a sua história e o preceito da liberdade acadêmica, num movimento de adaptação criativa.

3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PUC MINAS

As ações de extensão na PUC Minas tiveram início na década de 1960, a partir de iniciativas isoladas dos Departamentos e cursos de graduação que promoviam atividades culturais, conferências, cursos e prestação de serviços às comunidades em situação de vulnerabilidade. Nesse período, surgiram o Departamento de Assistência Jurídica, o Instituto de Orientação Juvenil (prestação de serviços e estágios) e o Serviço de Orientação destinado à comunidade acadêmica.

Em 1972, criou-se, na universidade, o Centro de Extensão, voltado, inicialmente, para a realização de cursos e a promoção de eventos culturais. Gradativamente, foi ampliando sua atuação em trabalhos assistenciais, desenvolvidos junto às populações em situação de vulnerabilidade social, por intermédio das clínicas de Odontologia, de Psicologia e dos Serviços de Assistência Jurídica, que hoje integram os projetos pedagógicos dos respectivos cursos. Os projetos de intervenção social, iniciados na década de 1970 com os *campi* avançados de Araçuaí e de Pirapora, desdobraram-se em outros modelos de ação social na Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como em vários municípios mineiros e na região nordeste do País (Silva, 1989).

Em 1978, com a aprovação do novo estatuto da então Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), o Centro de Extensão deu lugar à Coordenadoria de Extensão, sendo também fundado o Programa de Desenvolvimento e Ação Comunitária (PRODAC), que promoveu a articulação de diversos departamentos da Universidade com instituições externas e o fortalecimento do seu Programa de Pós-Graduação com o oferecimento do Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* (PREPES) realizado no formato modular, com aulas concentradas nos meses de janeiro e julho. Essas articulações objetivavam a realização de diagnósticos socioculturais de comunidades rurais, criação de associações de artesãos, promoções culturais e feiras de artesanato.

Em 1982, a Coordenadoria de Extensão integrou-se à Divisão de Apoio Comunitário, ficando subordinada à vice-Reitoria. No ano seguinte, a Universidade Católica de Minas Gerais foi reconhecida como Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas), instituindo, em 16 de novembro de 1983, a Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária. Destaca-se, nesse período, a formalização do Colegiado de Extensão, que contou com a representação de alunos, professores e funcionários, tendo como fim efetivar a participação da comunidade universitária na implementação da política de extensão.

O primeiro item do Relatório de Atividades da Pró-Reitoria (1984) propôs a implementação de uma "Política de Extensão intimamente vinculada às propostas e atividades de Ensino e Pesquisa" e o estabelecimento de "uma conexão orgânica com a sociedade". À estrutura organizacional dessa Pró-Reitoria foram agregados novos setores, bem como foi incorporada uma equipe de profissionais que contribuíram para a melhor organização das ações. Em 19 de junho de 1990, a Ação Comunitária foi desmembrada da Pró-Reitoria de Extensão, tornando-se Secretaria de Ação Comunitária, pela Portaria/R/n.019.

Em um período de efervescência política no País, com o fim do Regime Militar e a nova Constituição Federal em 1988, os setores da Proex, destinados à organização das ações de extensão na PUC Minas, foram tomando um formato institucional mais claro na defesa dos direitos. Na década de 1990, fica perceptível um esforço crescente em direção à indissociabilidade e a ações de caráter de organização comunitária, mas sem perder seu desenho histórico de forte proximidade com a Cultura, sendo, no ano de 1993, o Museu de Ciências Naturais integrado à Pró-Reitoria de Extensão. O relatório das atividades da Proex em 1989 enfatizou a importância das publicações de suas ações e dos eventos conjuntos realizados com os Departamentos/Cursos. Dessas acepções, reafirmou-se a busca da ampliação das atividades que subsidiam o ensino de graduação (Alves, 2013).

Em 1995, novas mudanças estruturais trouxeram impacto considerável para a dinâmica de financiamento das ações da Proex. A Fundação Mariana Resende Costa (FUMARC) tornou-se entidade autônoma, deixando de ser fonte de financiamento das atividades da Proex, e os cursos de extensão passaram à responsabilidade do Instituto de Educação Continuada (IEC). Assim, em meados da década de 1990, a Proex ampliou sua política de formalização de parcerias/captação de recursos externos como estratégia para a continuidade das ações. No período, destacou-se a vinculação da PUC Minas ao Programa "Universidade Solidária", que fortaleceu a perspectiva institucional de ações sociocomunitárias.

Desse modo, a PUC Minas investiu em uma modalidade mais abrangente de intervenção social local, regional e nacional. O êxito das ações da Universidade nessa proposta prestou à PUC Minas, em 1997, uma premiação do Banco Real pelo trabalho de campo realizado em um município baiano, e uma menção honrosa pelo Projeto Jaqueira Meu Lar, em 1999. Essas experiências exitosas resultaram em uma nova etapa do Programa Universidade Solidária Regional, no período de 1999 a 2004, nos municípios de Caraí – MG, no Vale do Mucuri e em Araçuaí – MG, no Vale do Jequitinhonha, com recursos do MEC SESu – Programa de

Desenvolvimento de Comunidades. A excelência das ações da PUC Minas nessas propostas de trabalho fez com que a Universidade fosse escolhida para participar da experiência nacional do Projeto UNISOL-XINGÓ, voltado para o desenvolvimento regional de 29 municípios inseridos na região do semiárido do Xingó, integrando os estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe.

A PUC Minas desenvolveu um crescente enraizamento da extensão por meio da interlocução com a sociedade e a participação de diversos segmentos sociais em suas ações, contribuindo para a promoção da cidadania, a inclusão e o desenvolvimento social, demonstrando um grande dinamismo e criatividade. Entre o final da década de 1990 e o novo milênio, outra característica da extensão ficou evidente: o investimento em programas multidisciplinares, mais abrangentes e duradouros. Entre eles podem-se destacar ações nas periferias da Região Metropolitana, tais como os aglomerados do Cabana, da Serra (Espaço Criança Esperança), a Vila Barraginha, Nova Contagem e Ibirité. Além das ações nessas localidades, programas voltados para o fortalecimento das garantias dos direitos seguiram com visível perenidade: Sociedade Inclusiva, Programa de assessoria ao Movimento de Lutas Pro Creches (MLPC), PUC Mais Idade, entre outros. A extensão universitária teve também outras conquistas e formalização dos processos, como a celebração de convênios, termos de cooperação e contratos com diversas instituições.

A partir de 2003, criou-se na Pró-Reitoria um grupo de trabalho responsável pela explicitação, estruturação e consolidação da proposta coletiva da política de extensão na PUC Minas, que considerou as características constituintes das atividades extensionistas em curso, o debate nacional e as exigências legais relativas à extensão universitária. O Censo das Atividades de Extensão, realizado naquele momento, confirmou a diversidade das ações e das concepções sobre a extensão, o que exigiu uma sistematização dessas experiências à luz dos elementos citados acima. Como resultado dessas reflexões, o grupo de trabalho consolidou um documento denominado “Documento-base da Política de Extensão Universitária - versão preliminar”, que foi amplamente socializado na comunidade acadêmica, buscando uma interlocução com os cursos, conjuntamente às Pró-Reitorias, Coordenações de Extensão das Unidades e *campi*, Institutos, Faculdades e Departamentos, para viabilizar um processo de trabalho compartilhado. Nessa mesma perspectiva, houve uma reformulação do Colegiado de Extensão, que passou a ser composto pela equipe de professores e assessores da Proex, coordenadores de extensão das unidades e *campi* e coordenadores de Institutos e Faculdades, e presidido pelo Pró-Reitor de extensão.

Outras ações concretas foram empreendidas para garantir decisões relativas à implementação da política em construção, tais como a destinação de recursos orçamentários para execução de programas e projetos nos cursos e nos núcleos temáticos, reestruturação organizacional e do espaço físico da Pró-Reitoria, participação em avaliação dos projetos pedagógicos, articulação mais orgânica no Programa Permanente de Avaliação Institucional (PROPAV), ampliação das parcerias e a intensificação da presença em fóruns regionais e nacionais. Ao final de 2004, a Proex organizou um seminário com a comunidade acadêmica, objetivando socializar e discutir os princípios, as diretrizes, a estruturação e os marcos legais nacionais que deveriam nortear a política extensionista da PUC Minas. Um segundo seminário, realizado em outubro de 2005, enfatizou a discussão sobre a articulação entre extensão, ensino e pesquisa, em consonância com as Diretrizes da Graduação da PUC Minas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2022b), além de promover a mostra de projetos extensionistas no âmbito da Universidade.

A partir de 2004, diversos avanços marcaram a história da extensão na PUC Minas: o fomento de novos projetos a partir da criação do Edital de Projetos de Extensão; a explicitação da extensão nos documentos oficiais da Universidade, como o Projeto Político Pedagógico Institucional, o Estatuto da Universidade, o Regimento Geral e o Plano de Desenvolvimento Institucional; a reformulação da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Extensão, com a criação das Coordenações de Extensão nas Unidades, assim como dos Institutos e Faculdades e dos cursos de graduação; a realização de eventos, como o Seminário de Extensão anual, ampliando a produção acadêmica; participação mais efetiva no Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias, o FOREXT.

O ano de 2006 foi um marco no processo de consolidação da extensão da PUC Minas: em 18 de agosto daquele ano, por meio do processo Nº 14/2006, foi aprovado o parecer da Política de Extensão Universitária da PUC Minas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). As diretrizes e princípios da política passaram a ser a referência para as ações de extensão na PUC Minas, subsidiando os projetos pedagógicos dos cursos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006a).

A partir de então, ricas práticas extensionistas ocorreram nos cursos das diversas unidades e *campi* da PUC Minas, demonstrando o reconhecimento da importância da extensão na formação acadêmica, ainda que expressando entendimentos diversos e multifacetados sobre a extensão. No seio desse processo criativo e dinâmico, a extensão da PUC Minas se fortaleceu como uma atividade acadêmica interdisciplinar, teórica e prática, realizada tanto por meio da

seleção e processamento de demandas externas, quanto pela elaboração interna de questões desenvolvidas à luz de estudos e teorias.

Em 2007, a participação de professores e alunos nas modalidades de programas e projetos de extensão passou a ser garantida por meio de edital da Proex, o qual destinava-se ao fomento de atividades interdisciplinares em consonância com a Política e o Regulamento da Extensão Universitária da PUC Minas. Desde então, programas e projetos abrangidos pelo edital têm promovido a aproximação da comunidade acadêmica às temáticas pertinentes à sociedade, enriquecendo o processo educativo e potencializando a mútua aprendizagem.

Vale destacar acontecimentos transversais, marcos da consolidação acadêmica e da construção do conhecimento por meio das ações da extensão. Dentre esses, o Seminário anual de Extensão da PUC Minas, realizado desde 2004 e, associada a ele desde 2016, a Mostra de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão. O Seminário propõe debates sobre temas transversais e envolve todos os cursos, Institutos, Faculdades e áreas de conhecimento da Universidade. O objetivo é integrar e vivenciar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio de palestras, oficinas e rodas de conversa organizados por subtemas. Já a Mostra tem o objetivo de divulgar produções acadêmicas advindas de práticas de extensão, por meio de apresentações orais. Posteriormente, os trabalhos aprovados também são publicados em uma série de *e-books* da Proex. Nesse campo das publicações, outra importante contribuição que vem circulando eletronicamente desde 2017 até o presente momento é a *Conecte-se* – Revista Interdisciplinar de Extensão, publicação da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas. A revista foi classificada com Qualis B4 para o período 2017 e 2018 e atualmente Qualis A4, segundo informe da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil).

A partir da aprovação do Regulamento da Proex por meio da Resolução CONSUNI Nº 02/2015, iniciou-se o processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação por meio das disciplinas com prática curricular de extensão. Nesse período, foram criados critérios para qualificar as ações extensionistas e promovidas capacitações de professores e coordenadores para implementar essa nova modalidade (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2015).

Em abril de 2022, a Reitoria publicou a Portaria R/Nº 057/2022 (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2022b), que aprovou a regulamentação institucional da curricularização da extensão nos cursos de graduação da PUC Minas, em conformidade com a Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018b). Desse modo, a partir de fevereiro de 2023, todos os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação da PUC Minas

passaram a assegurar nas respectivas matrizes curriculares o mínimo de 10% da carga horária total em atividades de extensão. No mesmo ano, por meio da Portaria R/Nº 212/2022, o Reitor aprovou a alteração do Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, incluindo, entre outras, a revisão das modalidades de extensão universitária, da curricularização da extensão, do acompanhamento e avaliação das atividades de extensão, dos objetivos e da estrutura organizacional da Proex (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2022a).

Uma avaliação da trajetória exposta até aqui evidencia que a extensão é uma prática exitosa, inovadora e institucionalizada na PUC Minas há mais de 40 anos.

4 ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS

O processo de atualização da Política de Extensão foi organizado em etapas, que incluíram estudos, discussões e alinhamentos internos, em uma perspectiva participativa e dialógica. A estrutura adotada respeita as premissas do texto original, visando à manutenção do caráter identitário do Documento. No entanto, novos elementos que estruturam as atividades de extensão na PUC Minas foram incorporados em conformidade com a mudança paradigmática do ensino superior e diretrizes decorrentes, com destaque para as premissas da Resolução MEC No. 7/2018 (Brasil, 2018b), referenciada como curricularização da extensão.

No contexto das avaliações da educação superior no País e no mundo, é premente considerar também os indicadores de avaliação da extensão pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), bem como aqueles utilizados por agências e protocolos nacionais e internacionais, que visam às certificações e ranqueamentos das instituições de educação superior. Nesse escopo, destaca-se o *Times Higher Education Impact Rankings* (Impact [...], 2024), cuja metodologia é construída com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Nações Unidas Brasil, c2024).

Os ODS reconhecem que acabar com a pobreza e outras privações deve ser acompanhado de estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento econômico – ao mesmo tempo que combatam as alterações climáticas e os seus impactos e que trabalhem para preservar a biodiversidade.

O compromisso com essa agenda global não se concentra na educação superior, mas exige a participação e o compromisso de todos os setores da sociedade, agindo de forma integrada, reunindo recursos financeiros, conhecimentos e competências especializadas.

> Os Rankings de Impacto são a primeira tentativa global de medir o progresso universitário especificamente em torno dos ODS. Pode ser um catalisador para a ação, um mecanismo para responsabilizar as nossas universidades e uma oportunidade para elas destacarem o excelente trabalho que já estão a realizar (Impact [...], [2024], p. 6, tradução nossa).

Na construção deste Documento, consideraram-se os processos de governança institucional, que também assumem como pauta essa agenda global, refletida em diferentes aspectos da vida acadêmica. A extensão universitária, consoante com a missão e os valores da Universidade e coerente com seus propósitos, coloca-se como *locus* natural do exercício institucional em prol da consecução das metas dos ODS.

A seguir passa-se a discorrer sobre os elementos estruturantes da Política de Extensão da PUC Minas.

4.1 Concepção de extensão universitária na PUC Minas

O contexto histórico do País, marcado por mudanças sociais, econômicas e políticas, desafia as IES a reafirmar seu compromisso com a solução dos problemas da sociedade. Para tanto, faz-se necessário aprimorar continuamente a qualidade científica, tecnológica e artístico-cultural, considerando a sustentabilidade socioambiental e os princípios éticos e humanísticos.

A extensão universitária possibilita a construção do saber a partir da relação dialógica entre a universidade e os outros setores da sociedade e contribui para responder aos desafios, ao mesmo tempo que permite a inovação das práticas pedagógicas. Seu caráter multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar extrapola a abordagem especializada de cada área de conhecimento e favorece a visão integrada da realidade social.

Na PUC Minas, a concepção e a prática da extensão são condizentes com a Política Nacional de Extensão Universitária (Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras, 2012) e as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, Resolução 7/2018 (Brasil, 2018b), alinhadas às discussões do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária, 2002). Pautada no entendimento de que a pessoa tem valor por si só, a extensão universitária na PUC Minas possibilita uma formação cidadã para todos os envolvidos no processo, orientando-se para a defesa dos direitos humanos e dos valores que norteiam a missão da Universidade. Na PUC Minas, conforme a Portaria 57/2022, a extensão é compreendida como "processo educativo interdisciplinar, cultural, científico, tecnológico e político destinado a promover a interação transformadora da Universidade com outros setores da sociedade, em permanente articulação com o ensino e a pesquisa" (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2022b).

A interação com a sociedade retroalimenta o ensino, a pesquisa e a própria extensão, contribuindo para o desenvolvimento de novos conhecimentos. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão viabiliza a formação integral do discente e o exercício da função social das IES. Nessa dupla dimensão, uma ação pedagógica extensionista favorece a

convergência entre as vocações técnico-científica e humanística e o compromisso social da PUC Minas.

4.2 Princípios e valores da extensão universitária

A PUC Minas, tendo o humanismo como vetor básico e em concordância com sua missão confessional, fundamenta os projetos acadêmicos dos cursos e as demais atividades em princípios e valores que conferem marca singular à Instituição, a saber, seu compromisso com a formação humanista e ética. Esses fundamentos, ancorados na Declaração Universal de Direitos Humanos e na proposição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), se traduzem em princípios que norteiam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, entendendo que os saberes internamente produzidos estão a serviço da dignidade das pessoas, e que a Universidade tem o dever e a missão de contribuir para a compreensão dos problemas que afetam a sociedade, com especial atenção os seguintes valores:

a) Igualdade – de valor dos seres humanos e garantia de igualdade de direitos entre eles.
b) Liberdade – de criação, de expressão do pensamento e de produção de conhecimento.
c) Autonomia – capacidade de formular leis, em contexto de liberdade, e se reger por elas.
d) Pluralidade – expressão da igualdade e diferença entre as pessoas, iguais porque humanos e diferentes porque singulares.
e) Solidariedade – adesão à causa do outro, fundada no respeito mútuo e na interlocução entre sujeitos da sociedade.
f) Justiça – orientada pela igualdade de direitos e pelo respeito às diferenças. A justiça implica a obrigação de agir quando se tem consciência da injustiça.

A extensão da PUC Minas, articulada ao ensino e à pesquisa, assume o compromisso de auxiliar na construção de um Estado Democrático de Direito no Brasil e na efetivação dos direitos humanos. Ao traduzir os princípios que regem a Universidade para o atual momento da sociedade brasileira, a extensão universitária orienta-se também pelos seguintes princípios e valores:

a) Ecologia integral: profunda conexão com a vida em todas as suas dimensões, contribuindo para a afirmação da agenda 2030 e para o desenvolvimento local sustentável.
b) Cultura de inovação: atitude criativa para solucionar problemas.

c) Trabalho em rede: articulações intersetoriais, indissociáveis ao ensino e à pesquisa, pautadas no rigor acadêmico.
d) Gestão humanizada: cordialidade nas relações interpessoais, promovendo o bem-viver e a paz.

Alinham-se a esses princípios, orientando a extensão universitária na PUC Minas, os valores a seguir:

a) Respeito à diversidade: alavancar iniciativas por uma sociedade inclusiva.
b) Altruísmo: olhar para além de si, atento ao tempo e à realidade do outro.
c) Ética do cuidado: criar laços de confiança convergentes à transformação socioambiental.

4.3 Diretrizes da Extensão Universitária

A Política de Extensão da PUC Minas, em concordância com a Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2018b), e compreendendo a extensão como prática acadêmica incorporada e integrada à matriz curricular e aos projetos pedagógicos dos cursos, articulada às diferentes modalidades, estabelece como diretrizes:

a) interação dialógica entre a Universidade e outros setores da sociedade, que valoriza a troca de saberes e construções coletivas;
b) articulação entre ensino, extensão e pesquisa, que viabiliza aproximar teoria e prática, refletir sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa e reorientar os processos acadêmicos e de gestão;
c) geração de impacto e transformação social para a população local, regional e nacional, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e para o desenvolvimento local sustentável;
d) inovação em termos de tecnologias sociais de forma articulada aos ODS, integrando os pilares econômico, social, ambiental e institucional da sustentabilidade, que são alinhados às dimensões Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU).
e) ação interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar e interprofissional, que contribui para compreender e problematizar a realidade, favorecendo a tomada de decisão e a solução de problemas de forma inovadora;

f) promoção do protagonismo discente, visando ao desenvolvimento da autonomia e da formação integral que considere as dimensões técnica, humanística e ética;
g) produção e democratização do conhecimento científico, cultural e tecnológico em interação com a sociedade;
h) avaliação sistemática e permanente, capaz de favorecer a mensuração dos resultados e dos impactos das diferentes modalidades de extensão para todos os envolvidos, almejando a qualificação contínua da extensão universitária.

4.4 Objetivos da Extensão Universitária na PUC Minas

Em decorrência das Diretrizes da Extensão Universitária, estabelecem-se os seguintes objetivos:

a) cooperar para a construção de uma sociedade democrática, justa, equânime, fraterna e sustentável;
b) fortalecer a participação e a cooperação entre a Universidade e a sociedade que visam à transformação social e ao aprimoramento das políticas públicas;
c) contribuir para uma educação integral a partir da formação baseada em competências que considere todas as dimensões formativas;
d) fomentar a produção de conhecimento científico, cultural e tecnológico que resulta da troca de saberes entre as diversas áreas, e torná-lo acessível à sociedade;
e) ancorar as ações de extensão universitária nas metas dos ODS, visando integrar de forma inovadora os pilares econômico, social, ambiental e institucional da sustentabilidade;
f) garantir o uso de metodologias ativas de aprendizagem e o protagonismo discente, inerentes à natureza participativa da extensão universitária;
g) reafirmar a extensão universitária no exercício docente em prol da realização de atividades interdisciplinares, multidisciplinares, transdisciplinares e interprofissionais;
h) promover o intercâmbio com órgãos públicos e privados e demais organizações da sociedade civil, ampliando redes e parcerias para a solução dos problemas sociais;
i) ampliar e qualificar as oportunidades e campos de extensão universitária de encontro a uma *práxis* que se coaduna com a realidade social brasileira;
j) qualificar a integração da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e sua incorporação às respectivas matrizes curriculares, articulada ao ensino e à pesquisa;

k) propiciar a cooperação internacional que valorize a interculturalidade e a cidadania planetária;

l) fortalecer a rede de interlocução entre a Proex e os Cursos, Departamentos, Institutos, Faculdades e outros setores das diversas unidades e *campi* da PUC Minas;

m) zelar pelo registro das ações extensionistas para subsidiar processos avaliativos consistentes;

n) verificar sistematicamente os processos e os resultados das ações extensionistas visando à inovação e à qualificação contínuas da extensão universitária.

4.5 Modalidades da Extensão Universitária

A PUC Minas, por meio da Pró-Reitoria da Extensão (Proex) e de acordo com a Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018b), considera as seguintes modalidades de extensão na Universidade para composição da carga horária extensionista nos componentes curriculares dos cursos de graduação:

a) **Programa**: conjunto articulado de projetos e demais modalidades de extensão, com duração de médio ou longo prazo, integrado a atividades de ensino e pesquisa, de caráter orgânico-institucional, interdisciplinar ou transdisciplinar, apresentando clareza de diretrizes e orientando-se para um objetivo comum.
b) **Projeto**: conjunto de ações processuais contínuas, integrado a atividades de ensino e pesquisa, de caráter educativo, social, cultural, artístico ou tecnológico, que apresente objetivos bem definidos e público-alvo e prazo determinados.
c) **Curso**: conjunto articulado de ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, planejadas e organizadas de maneira sistemática, com duração mínima preestabelecida e critérios de avaliação definidos, que objetivem a socialização do conhecimento acadêmico e a troca de saberes.
d) **Oficina**: conjunto de ações pedagógicas de caráter prático, pautadas nas vivências e reflexões em torno de realidades sociais. Configura-se como atividade planejada, desenvolvida e avaliada de modo participativo, objetivando a troca de saberes e sistematização dos conhecimentos.
e) **Evento**: apresentação, exibição ou debate, geralmente público e livre, de saber, conhecimento ou produto cultural, artístico, científico e tecnológico, desenvolvido,

conservado ou reconhecido pela Universidade, dirigido a determinado público, e aberto à participação de outros setores da sociedade.

f) **Prestação de serviço**: Ação de interesse acadêmico que articula a extensão ao Ensino e à Pesquisa, oferecida pela Universidade ou contratada por terceiro, e se constitui a partir da (e sobre a) realidade objetiva, produzindo soluções que visem à transformação social.

4.6 Curricularização da Extensão

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) anuncia a necessidade do envolvimento da extensão como atividade essencial nas Universidades, e sua integração à formação acadêmica está expressa em diversos documentos que regulam a educação superior no Brasil. Dentre eles, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 9394/96 (Brasil, 1996), orientações do SINAES - LEI nº 10.861/2004 (Brasil, 2004) e a Resolução nº 7/2018 (Brasil, 2018b). Sensível aos resultados das ações de extensão já realizadas pela sua comunidade acadêmica e atenta às exigências legais, a PUC Minas publicou, em 2006, a primeira versão da sua Política de Extensão (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006b), agora atualizada.

Concatenada com a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), a Proex publicou em 2015 seu primeiro Regulamento, o qual sinalizava para uma maior organicidade da extensão nos processos formativos. Em 2016, iniciou-se o processo de curricularização da extensão na PUC Minas. Em 2022, o Regulamento foi atualizado pela Portaria nº 212/2022 (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2022a), adequando as suas diretrizes à Resolução CNE/CES nº 7/2018 (Brasil, 2018b).

Para maior enraizamento do processo de curricularização, a Reitoria publicou a Portaria R/nº 057/2022 (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2022b), aprovando a Regulamentação Institucional da Extensão nos Cursos de graduação da PUC Minas. A Portaria instituiu a forma de efetivação, registro, contagem da carga horária e avaliação das práticas extensionistas. Além disso, o Documento reiterou a necessária formação cidadã integrada à formação profissional.

Curricularizar a extensão significa integrar a ação extensionista à trajetória de formação universitária, assegurando nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total em atividades de extensão. Isso implica articular os objetivos e o conteúdo dos componentes curriculares com metodologias participativas em

interação com a sociedade, e favorecer a formação integral. Nesse sentido, a totalidade do componente deve ser considerada como carga horária extensionista. A articulação das atividades-fim na Universidade viabiliza o conhecimento da realidade, a identificação de demandas, a proposição de alternativas para a transformação social e o exercício do compromisso social da PUC Minas.

A ação extensionista deve ser efetivada por meio das modalidades previstas na legislação e nos documentos institucionais, podendo ser desenvolvida pelos cursos, de modo integrado ou separadamente, em diferentes campos de extensão. Para Pierre Bourdieu, como lembra Gonçalves (2015, p. 1230), campo é o espaço em que acontecem as relações sociais, e cada agente participa ao mesmo tempo de vários campos simultaneamente; além disso, cada campo pode estar relacionado e ser abrangido por outros campos maiores. Nesse contexto, assume-se como campo de extensão todo espaço, em sentido amplo, nos quais se realizam as práticas extensionistas.

Campos de extensão também são potencialmente constituídos por espaços de práticas, na própria Universidade, que se realizam em diálogo com a sociedade, além das parcerias externas, são exemplos: Museu, Complexo Esportivo, Clínicas, Núcleos de Atendimento Jurídico e Laboratórios. Tais espaços, concebidos como territórios que visam garantir a articulação da teoria com a prática, são vocacionados, potencialmente, para a articulação entre ensino, extensão e pesquisa.

A curricularização da extensão universitária no âmbito da PUC Minas é implantada por meio do Projeto Pedagógico de cada curso (PPC), o qual é de responsabilidade da coordenação de curso em um trabalho conjunto com o respectivo Núcleo Docente Estruturante (NDE). O PPC engloba a concepção formativa, o perfil do egresso, o modelo pedagógico adotado e as competências a serem desenvolvidas ao longo da jornada do aluno. Respeitando as especificidades e propostas de cada curso, os respectivos PPCs poderão prever atividades extensionistas em diferentes componentes curriculares, articulados em arranjos pedagógicos diversos e integrados com os campos de extensão, observadas as diretrizes e modalidades da extensão universitária explicitadas neste Documento.

A extensão curricularizada inicia-se a partir da concepção e planejamento dos componentes curriculares, passando pela elaboração do plano de trabalho que norteia a práxis extensionista, sua execução e posterior avaliação do processo pelos atores envolvidos. Dessa forma, os campos de extensão se integram aos componentes curriculares, por meio das

diferentes modalidades. Destaca-se que cada componente curricular de extensão universitária deve estar em conformidade com as normas acadêmicas da Universidade e com regulamentos da Proex. Considera-se imperativa a observância ao rigor dos registros e da avaliação das ações de extensão universitária.

Nessa perspectiva, as atividades de extensão previstas em cada PPC devem ser registradas nos sistemas acadêmicos da PUC Minas adequados para essa finalidade e chanceladas pela Pró-Reitoria de Extensão e pela Pró-Reitora de Graduação.

4.7 Avaliação, Monitoramento e Registro da Extensão Universitária

Os processos avaliativos da Extensão Universitária na PUC Minas devem ter caráter sistêmico e periódico, incluir todos os atores envolvidos nas ações extensionistas, no âmbito interno e externo, e estarem consoantes ao estabelecido pelo SINAES. Considerando suas premissas, a extensão deve estar inserida nos processos avaliativos realizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão responsável pela autoavaliação institucional. O processo de avaliação da extensão universitária na PUC Minas valoriza os seguintes aspectos:

a) responsabilidade social e intercâmbio com órgãos públicos e privados e demais organizações da sociedade civil;
b) cooperação internacional que valorize a interculturalidade e a cidadania planetária;
c) integração da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação
d) relação teórico-prática, por meio de metodologias ativas;
e) impacto social local, regional e nacional;
f) integração com áreas do conhecimento e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
g) promoção de ações interdisciplinares, multidisciplinares, transdisciplinares e interprofissionais;
h) formação continuada do docente;
i) autonomia, protagonismo e formação integral do discente;
j) articulação com o perfil do egresso e desenvolvimento de competências;
k) inovação e produção científica, cultural e tecnológica.

O registro sistemático das informações relativas à extensão universitária possui o papel fundamental de fornecer mecanismos efetivos de monitoramento e avaliação a partir da criação

de indicadores que permitam evidenciar o alcance e a abrangência dos impactos da extensão. Dessa forma, a avaliação objetiva:

a) mapear as ações da extensão universitária desenvolvidas pela PUC Minas, identificando suas diferentes modalidades e dimensões da política de gestão;
b) aprimorar a qualidade da formação docente e discente;
c) mensurar, quantitativa e qualitativamente a produção acadêmica que resulta das experiências extensionistas;
d) qualificar continuamente os processos acadêmicos e de gestão da extensão;
e) constituir-se como instrumento de prestação de contas das diversas ações e dos avanços realizados;
f) subsidiar a elaboração de relatórios institucionais, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), além de certificações e *rankings* em sustentabilidade nacionais e internacionais.

Todo o processo destinado ao registro, monitoramento e avaliação deve observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que tem como objetivo regulamentar o tratamento de dados pessoais, empresariais e organizacionais, garantindo a privacidade e a segurança das informações (Brasil, 2018a).

A coleta das informações deve ser responsabilidade de todos, observados os procedimentos estabelecidos pela Proex para essa finalidade, zelando pela precisão, consistência e transparência dos registros, essenciais para garantir credibilidade e confiabilidade ao processo.

4.8 Produção Acadêmica de caráter extensionista

A produção resultante das ações e das experiências extensionistas desempenha função crucial para difusão e divulgação cultural, científica e tecnológica, em articulação com as outras dimensões da formação integral e da gestão da extensão universitária. Nesse sentido, amplia, potencializa e consolida o impacto da extensão universitária.

A produção extensionista caracteriza-se pela capacidade de apresentar vivências coletivas e processos dialógico-discursivos com a comunidade, incluindo todos os integrantes, e a participação ativa na transformação dos contextos sociais. O registro dessas produções fornece uma visão abrangente das ações realizadas e é essencial para compreender os

posicionamentos discursivos dos envolvidos nesse trabalho desenvolvido por docentes, discentes e colaboradores, em diálogo com as comunidades participantes nesse processo.

O modo de registro deve permitir captar a riqueza das interações sociais e identificar competências sociointeracionais que podem ser desenvolvidas pelos participantes, contribuindo para promover a diversidade das linguagens educacionais qualitativa e quantitativamente em todas as áreas do conhecimento que compõem a PUC Minas.

O portfólio de produtos das ações extensionistas é diverso e pode incorporar ações e produções geradas no decorrer do processo que o viabiliza, assim como a sua sistematização final. Nesse sentido, consideram-se também outros produtos acadêmicos das ações de extensão para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica, tais como cartilhas, vídeos, filmes, *softwares*, anais, revistas, livros.

Adaptando-se ao cenário da atualidade, consideram-se também outras formas de produção de conteúdo para a democratização do conhecimento, em especial aquelas mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. O uso de mídias digitais e redes sociais é estratégico, devendo ser feito com parcimônia e mediante observação dos condicionantes legais, institucionais e éticos, em especial os considerados neste Documento.

O Seminário anual e a Mostra de Extensão da PUC Minas propõem debates sobre temas atuais e a sistematização das experiências extensionistas que envolvem a comunidade acadêmica e a sociedade. Essa iniciativa institucionalizada representa um espaço que estimula e retroalimenta novas oportunidades e produções acadêmicas. Estas devem transmitir de maneira vívida e reflexiva as experiências compartilhadas, as interações enriquecedoras com a comunidade e o impacto conjunto na mudança e melhoria dos contextos sociais por meio de relatos de experiência, resumos expandidos, artigos científicos, relatos de diagnósticos situacionais e *e-books* temáticos.

Desempenhando a missão da Proex com a disseminação científica e o estímulo à produção acadêmica universitária, destaca-se a produção semestral da *Conecte-se!* Revista Interdisciplinar de Extensão, almejando ser referência nacional nos estudos interdisciplinares que englobam a extensão universitária. Essa publicação pretende, com os dossiês, publicar artigos científicos, relatos de experiência, ensaios, resenhas e entrevistas e também artigos em temática livre de interesse de pesquisadores atuantes na área de extensão universitária, tanto no Brasil quanto no exterior, em conexão com o ensino e a pesquisa, admitindo contribuições em

inglês, espanhol e francês. Como dimensão da formação integral, a produção de caráter extensionista, independentemente dos meios de divulgação, deve atender a critérios explícitos que atestem sua qualidade acadêmica e alinhamento com a missão, os valores e os princípios da Universidade.

5 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A PUC Minas reconhece a importância das parcerias institucionais como um catalisador fundamental para promover a colaboração global e alcançar o progresso sustentável da sociedade. Nesse sentido, os processos de estabelecimento de parcerias ancoram-se no 17º ODS, que se refere às parcerias e meios de implementação. As parcerias promovem e viabilizam:

a) colaboração e integração entre diferentes atores, incluindo instituições acadêmicas, governos, setor privado e sociedade civil. Ao incorporar essa dimensão em sua política de extensão, a PUC Minas pode estabelecer parcerias estratégicas que potencializem seus esforços para promover o desenvolvimento sustentável;
b) ampliação do impacto e alcance das iniciativas de extensão. Trabalhando em conjunto com outras organizações e comunidades, é possível atingir um público mais amplo e abordar questões complexas de maneira mais eficaz;
c) acesso a recursos adicionais e *expertise* diversificada. Ao colaborar com outras instituições e atores, a Universidade pode aproveitar recursos financeiros, tecnológicos e humanos que de outra forma estariam indisponíveis, fortalecendo assim suas capacidades e possibilitando a implementação de projetos mais robustos e sustentáveis;
d) fomento à inovação e ao desenvolvimento tecnológico por meio da cooperação entre universidades, empresas e outras entidades. Ao integrar essa dimensão em sua política de extensão, a PUC Minas pode contribuir para o surgimento de soluções inovadoras que abordem desafios sociais, econômicos e ambientais;
e) acesso a oportunidades de pesquisa e desenvolvimento, impulsionando a inovação, a excelência acadêmica e a reputação da Instituição;
f) reforço da relevância social da Universidade. Ao se envolver ativamente na implementação do ODS 17, a Universidade demonstra seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social. Isso fortalece sua posição como uma instituição de ensino superior relevante e engajada, capaz de gerar impacto positivo na sociedade;
g) formação e engajamento da comunidade em ações de desenvolvimento sustentável. Ao envolver diferentes partes interessadas, a Universidade pode promover uma cultura de participação ativa e responsabilidade compartilhada em relação aos ODS.

A implementação de ações de parceria articuladas às metas do ODS 17 não só fortalece o compromisso da Universidade com o desenvolvimento sustentável, mas também amplia seu

impacto e alcance, promove a inovação e a colaboração e engaja a comunidade para ações transformadoras.

Nesse sentido, o estabelecimento de parcerias institucionais no âmbito da extensão universitária na PUC Minas deve:

a) Reconhecer que o alcance das ações extensionistas requer a participação de diversos setores da sociedade - parcerias multissetoriais. Assim, incentiva-se a formação de parcerias colaborativas entre a Universidade, empresas, governos, organizações não governamentais e comunidades locais para promover a implementação de projetos e iniciativas sustentáveis.
b) Fortalecer e expandir as redes de cooperação em nível local, nacional e internacional. Isso inclui o estabelecimento de acordos de colaboração com outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, visando compartilhar conhecimentos, recursos e melhores práticas para o avanço dos ODS.
c) Reforçar a importância das parcerias no processo de educação, como um meio para promover a conscientização e a formação de pessoas e comunidades para ações sustentáveis. Assim, assumir o compromisso de integrar princípios de desenvolvimento sustentável nas modalidades de extensão, preparando os alunos para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.
d) Reconhecer o papel de parceiros no processo da inovação e da tecnologia na promoção do desenvolvimento sustentável.
e) Apoiar e promover pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras, com parceiros internos e ou externos à Universidade, que abordem desafios sociais, econômicos e ambientais, contribuindo para a implementação eficaz dos ODS.
f) Manter elevados padrões de transparência e prestação de contas em todas as atividades relacionadas às parcerias. Isso inclui relatórios regulares sobre o progresso na implementação do ODS 17, bem como a divulgação de informações sobre as parcerias e iniciativas para garantir a confiança e o engajamento de todas as partes interessadas.

Assim, a Universidade reafirma seu compromisso com as dimensões econômica, social, ambiental e cultural do desenvolvimento sustentável, ancorado nos ODS, entendendo seu alinhamento com os propósitos da extensão universitária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PUC Minas reflete, hoje, a maturidade de suas experiências pautadas na formação humanizadora que, por missão e princípios, está vocacionada para os propósitos da extensão universitária, em articulação com o ensino e a pesquisa. Essa dimensão da formação integral na Universidade avança, sinalizando direções e antecipando tendências, o que a torna referência no cenário nacional e internacional.

A institucionalização da extensão, dimensão formativa que deve se vincular, de modo indissociável, ao ensino e à pesquisa, requer o comprometimento de diferentes instâncias da Instituição. A complexidade do fazer extensionista demanda que se articulem processos acadêmicos, de gestão de recursos humanos, de infraestrutura e materiais, bem como recursos tecnológicos para implantação, monitoramento, validação e avaliação de processos. Perpassa, ainda, por políticas de graduação e de pós-graduação, essenciais para a consecução do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É evidente, na PUC Minas, que essa articulação nunca esteve tão integrada, tendo se tornado um caminho sem volta, por meio do qual a comunidade acadêmica e seus parceiros vêm avançando em um movimento permanente.

A Proex, como a instância que orquestra esse movimento, constitui-se como foro especializado para zelar pelo cumprimento da Política de Extensão, produzir normas e procedimentos que garantam sua execução; orientar e formar o corpo docente; gerenciar as ações de planejamento, monitoramento e avaliação da extensão na PUC Minas.

Historicamente, a gestão da extensão universitária no âmbito da PUC Minas segue linhas de concepção, planejamento, trabalho, monitoramento e avaliação e divulgação dos resultados reconhecidos como de alto padrão. É possível destacar dois fatores que viabilizam os resultados alcançados: a capilaridade garantida por meio de uma rede de cooperação que se efetiva pela representação e participação ativa dos cursos na gestão da extensão na PUC Minas; o compromisso da Universidade que, para além de arcar com os custos das atividades curriculares, assegura a Extensão universitária com fomento próprio incluído no seu orçamento anual, assegura investimentos que garantem prédio próprio, corpo docente alocado no setor, estrutura técnica e administrativa com autonomia.

Por fim, e sobretudo, essa política reforça a necessidade de uma ação transformadora, enraizada na realidade, direcionada para a promoção da vida e do cuidado com as pessoas e o

planeta, efetivada pelo trabalho com o conhecimento aliado ao compromisso social e ao dinamismo que as mudanças ensejam.

> O conhecimento do conhecimento obriga. Obriga-nos a assumir uma atitude de permanente vigília contra a tentação da certeza, a reconhecer que nossas certezas não são provas da verdade, como se o mundo que cada um vê fosse o mundo e não um mundo que construímos juntamente com os outros. Ele nos obriga, porque ao saber que sabemos não podemos negar que sabemos. [...] Não é o conhecimento, mas sim o conhecimento do conhecimento que cria o comprometimento (Maturana; Varela, 2001, p. 267-268).

Esta Política de Extensão Universitária 2024 confere materialidade ao compromisso da Universidade em face dos cenários atuais e projetados e da qualidade e excelência que a PUC Minas encalça.

REFERÊNCIAS

ALVES, Glaucineide Porto. **Avaliação e monitoramento da extensão universitária**: um estudo de caso no âmbito da PUC minas. Trabalho de conclusão de Curso de Especialização. UFSJ, São João Del Rey, 2013.

BALDIJÃO, Carlos Eduardo; TEIXEIRA, Zuleide Araújo. **A educação no governo Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível e: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/contituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. Estatuto da Universidade Brasileira. Decreto no 19.851, de 11 de abril de 1931. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 15 abr. 1931, p. 5800. (Publicação Original).

BRASIL. **Lei Nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF Presidência da República, 14 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. **Lei 13.709** de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 14 ago. 2018a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. Lei Nº 9.394 - 20 de dezembro de 1996. A Lei Darcy Ribeiro estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei Nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação de dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 9 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Lei 13. 005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**: reconhecimento, renovação de reconhecimento. Brasília, DF: Inep/MEC, out. 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Reforma universitária**: relatório do grupo de trabalho. MEC: Brasília: 1983.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei

nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF MEC, dez. 2018b.

CARTA de Goiânia. **Cartas do ForExt**. 1999. Proposta de documento de base do Fórum de Extensão das IES Comunitárias. Universidade Católica de Goiás UCG, Goiânia, 29 out. 1999. https://www1.pucminas.br/documentos/goianiaforext.pdf?_ga=2.248236357.336131198.1603068253-565039013.1599687805. Acesso em: 13 mar. 2024.

ENCONTRO NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA. **A gestão e a avaliação da extensão**: um desafio para a comunidade acadêmica. Anais do IX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária e Anais do IV Assembleia do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, Florianópolis: Ed. Univillle, 2002.

FELIPPE, Wanderley Chieppe *et al*. (org.). **Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior**: referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES. FOREXT: UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC, 2013. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20160914115047.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1).

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-2000). Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio 2012. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf. Acesso em: 2 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015.

IMPACT Rankings Methodology 2024. Version 1.0. [2024]. Disponível em: https://sdg.swu.ac.th/files/THE_ImpactRankings_METHODOLOGY_2024.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. 13. ed. São Paulo: Editora 34, 2004.

MATURANA, H. R; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento**: as bases da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF, c2024. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 2 fev. 2024.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Parecer que aprova a Política de Extensão Universitária** (processo Nº 14/2006). Belo Horizonte: PUC Minas, 2006a.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Diretrizes para a graduação da PUC Minas**. Pró-Reitoria de Graduação. Belo Horizonte: PUC Minas, mar. 2004.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política de extensão universitária da PUC Minas**. Pró-Reitoria de Extensão. Belo Horizonte, jun. 2006b. Disponível em: https://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20131203153859.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Portaria R/Nº 212/2022**. Aprova alteração do Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão [...]. Belo Horizonte, 22 ago. 2022a.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Reitoria. **Portaria Nº 57/2022**. Aprova a regulamentação institucional da Curricularização da Extensão nos cursos de graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2022b.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022 a 2026**. Belo Horizonte, [2022]. Disponível em: https://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20140811180151.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico**. Belo Horizonte, Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Belo Horizonte: PUC Minas, jun. 2005.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **Resolução Nº 02/2015**. Aprova o Regulamento Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas (Processo CONSUNI nº 02/2015). Belo Horizonte: PUC Minas, 2015.

RIBEIRO, Darci. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos. Petrópolis*:* Editora Brasiliense, 1970.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Marcos Vieira. **Extensão Universitária**: um processo educativo. Um estudo de caso desenvolvido a partir das experiências do PRODAC – Programa de Desenvolvimento e Ação Comunitária da PUC Minas. Dissertação (Mestrado em educação). 1989. 160 f. Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 1989.

SILVA, Wagner Pires. Extensão Universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**. 2020. Edição 2020.2 e-ISSN 2178-6054. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491. Acesso em: 6 out. 2023.